Portugal e a Constituição Europeia

Álvaro de Vasconcelos

Portugal já não escapa ao seu destino europeu. Cada vez mais os portugueses são – também – cidadãos europeus, que tomam partido nas grandes questões que dizem respeito ao futuro da União Europeia, que sentem como seu.

A Europa já não é *lá fora* e por isso pareceu essencial ao IEEI, e às instituições que a ele se associaram, promover o debate sobre Portugal e o Futuro da Europa e o congresso que o encerrou, acompanhando e intervindo indirectamente nos debates da Convenção que redigiu o projecto de Constituição europeia, iniciativa que contou com apoios e patrocínios europeus e nacionais, privados e públicos.

A União Europeia também já não é a comunidade que acolheu a jovem democracia portuguesa em 1986. Em 17 anos caiu o Muro de Berlim, implodiu a União Soviética, e vimos a esperança consumir-se nos Balcãs para depois ressurgir com a intervenção da comunidade internacional. A União consolidou-se com o euro, e Portugal, que acompanhou essa transformação, faz parte do núcleo fundador da moeda única. A União enfrenta, porém, perante as transformações europeias e mundiais, desafios gigantescos: consumar a lenta evolução para a união política iniciada em Maastricht a par do alargamento à Europa quase toda – que pode dissolver o projecto europeu, e fazer face aos desafios políticos e de segurança que se colocam nas suas vizinhanças, mais próximas ou distantes, a par da difícil reformulação das relações com os Estados Unidos.

Nenhum destas questões nos é alheia, e por isso mesmo exige a participação portuguesa para a sua resolução. Desde1992, pelo menos, que os portugueses sabem que não basta olhar para a Europa como um porto seguro donde vem toda a bonança. Portugal está, desde a primeira presidência, no centro da Europa, e para aí se manter tem que continuar a moldar o futuro da União. São minoritárias, mas nem por isso menos audíveis, as vozes que, aqui e acolá, nos meios mais diversos, por vezes insuspeitos, exprimem as velhas «míseras e mesquinhas» maleitas nacionais, os complexos de pequeno Estado desconfiado e temeroso de tudo quanto seja supranacionalidade, ou vêem a União pelo velho óculo redutor do equilíbrio das potências.

Um dos aspectos mais interessantes do debate nacional, particularmente saliente no Congresso sobre Portugal e o Futuro da Europa, foi a descoberta de uma forte corrente europeísta entre a *intelligentsia*, cujo convívio com os círculos mediáticos é menos habitual, e da variedade e originalidade dos pontos de vista próprios que, em áreas especializadas, surgiram sobre as

grandes questões europeias do momento. Foi essa «vitalidade civil» que permitiu este número especial de *Estratégia*. Muitos dos contributos mais marcantes do debate português não foram acolhidas no texto constitucional como seja a ideia do Senado ou de uma política externa liberta do unanimismo paralisador. O espírito da proposta saída da Convenção corresponde no entanto à ideia fulcral que percorre os textos aqui publicados: pôr o cidadão no centro da construção europeia e preservar a diversidade europeia, valorizando-a e não a enclausurando em qualquer definição culturalista – afirmar, afinal, o ideal europeu num tempo em que, dentro e fora da Europa, ressurgem os nacionalismos, a xenofobia e os radicalismos identitários como a mais perigosa e mortífera alternativa aos ideais de democracia e paz que definem e identificam União Europeia.

Restam evidentemente muitas questões em aberto, várias delas consideradas prioritárias nos contributos que aqui ficam. Independentemente das suas imperfeições, porém, com esta Constituição para a Europa, em que se reafirma o princípio do associativismo sobre o da fragmentação, a União será seguramente mais democrática e mais cidadã, e mesmo, porventura, mais eficaz.